

final — audiência prévia. — Nos termos do disposto nos artigos 38.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público o projecto de lista de classificação e ordenação dos candidatos admitidos no concurso externo de ingresso para provimento de auxiliares de acção médica:

Cristina Maria Mendes Isidoro	17,000
Marco Paulo Pina Sequeira	16,800
Lucília dos Santos Figueiredo Oliveira	16,660
José Joaquim dos Santos Gonçalves	16,500
Sónia Marina Almeida Gonçalves	16,250
António José Carvalho Mendes	16,200
Maria de Lurdes Gonçalves Alpendre	16,140
Dulce Helena Martins Mendes	15,600
Maria Helena Sá Cunha Duarte	15,380
Maria Susana Gonçalves Silva	15,300
Maria Cristina Franco Assunção de Andrade	13,973
Dulce Helena de Jesus Lourenço	13,806
Maria Celestina Rebelo Monteiro Valente Veiga	13,566
Maria Emília Videira Rodrigues	13,433
Sandra Sofia Gonçalves dos Santos	13,400
Ana Paula Pacheco Ferreira Monteiro	13,183
Fernanda Maria Fernandes Mateus	12,683
Sónia Cristina Ramos da Silva Afonso	12,656
Alípio da Costa Pires	12,593
Vítor Manuel Correia Tavares	12,540
Teresa de Jesus Madeira Pinheiro	12,476
Cecília Adelaide dos Santos	12,473
Dina Maria Páscoa Sanfins Novo	12,250
Maria de Fátima Brás Rodrigues Miragaia	12,166
Maria da Conceição Fernandes Seabra	11,930
Elisabete Rebelo Gonçalves do Cabo Tavares	11,926
Maria José Marques Ferreira Mendonça	11,920
Sandra Maria Aguiar Coelho Vieira	11,896
José Pires dos Santos	11,830
Rosa Catarina Lages Pires	11,746
Florentina dos Anjos Mendes Gonçalves	11,733
Maria Electa Paulito Fernandes Garra Rodrigues	11,703
Lisete Rodrigues dos Santos	11,543
José Manuel Araújo Duarte	11,413
Salette da Conceição Pereira Fernandes Pires	11,263
Maria de Jesus Sabugueiro Massano	11,140
Maria Margarida Pires Costa Gomes	11,053
Maria Ivone Reduto Gonçalves	10,986
Maria da Piedade Marques Antunes	10,906
Francelina do Céu Lopes Antunes Gonçalves	10,866
Maria de Fátima Lanhoso Sepúlveda Rangel Machado Vieira	10,700
Ana Paula dos Santos Morgado Domingos	10,530

Poderão os candidatos no prazo de 10 dias úteis dizer por escrito o que se lhes oferecer;

Poderão ainda consultar o processo, dentro do mesmo prazo das horas normais de expediente, no gabinete do vogal executivo do conselho de administração.

30 de Dezembro de 2004. — Pela Presidente do Conselho de Administração, o Vogal Executivo, *Luís Carlos Figueiredo*.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Despacho n.º 803/2005 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 160/99, de 11 de Maio, aprovou a Lei Orgânica do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais.

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 34.º do citado diploma, foi aprovado o correspondente quadro de pessoal, pela Portaria n.º 1022/99, de 18 de Novembro.

Assim sendo:

Considerando que o cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico ficou vago em 15 de Dezembro de 2004, pelo facto de o seu titular ter sido nomeado director de serviços de Reparação de Riscos Profissionais deste Centro;

Considerando que, pela sua importância estratégica, é urgente proceder ao preenchimento do cargo, em regime de substituição, por

urgente conveniência de serviço, nos termos previstos no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;

Considerando que a licenciada em Direito Maria da Conceição Santa Amada Lopes Trancoso Vaz reúne os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo:

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, para o cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., a licenciada Maria da Conceição Santa Amada Lopes Trancoso Vaz.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

27 de Dezembro de 2004. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Manuel Godinho*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Maria da Conceição Santa Amada Lopes Trancoso Vaz, licenciada em Direito, Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa em 1987.

Frequentou e concluiu o estágio de advocacia, com a classificação final de 16 valores.

Membro da Ordem dos Advogados.

Entre 1991 e 1995 foi articulista e responsável pelo consultório jurídico de uma publicação mensal de tiragem nacional.

Entre 1991 e 1995 colaborou, como consultante, com o Gabinete Jurídico da Ordem dos Advogados.

Admitida, em 2 de Março de 1992, na Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, presentemente Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, através de contrato a prazo, para exercer funções de jurista e advogada no Gabinete Jurídico e de Contencioso.

Nomeada técnica superior de 2.ª classe dos Serviços Jurídicos e de Contencioso do quadro da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, em 1992.

Nomeada coordenadora do Gabinete Jurídico e de Contencioso da ex-Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, em 1995.

Nomeada técnica superior de 1.ª classe dos Serviços Jurídicos e de Contencioso do quadro do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, em 1996.

Nomeada consultora jurídica principal do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, em 2000.

Das actividades desenvolvidas na ex-Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais e no Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais fazem parte as intervenções em tribunal em representação da instituição num número elevado de actos judiciais, bem como a participação activa em grupos de trabalho, nomeadamente na regulamentação das doenças profissionais, em conformidade com o novo regime jurídico, aprovado pela Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro.

Integrou o grupo de trabalho, para dar contributo ao projecto de artigo para Eurogip (Groupment de l'Institution Prévention de la Sécurité Sociale pour l'Europe).

Representou a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais no grupo de trabalho para a elaboração do projecto de diploma sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Integrou, no Ministério do Emprego e da Solidariedade, o grupo de trabalho que elaborou o guia do beneficiário e o guia do contribuinte.

Integrou a equipa executiva no âmbito do projecto informático «Criação de uma nova base de dados de riscos profissionais».

Instituto da Segurança Social, I. P.

Rectificação n.º 43/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 11 802/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 294, de 17 de Dezembro de 2004, a pp. 18 839 e 18 840, referente ao aviso de abertura de concurso interno de acesso misto para a categoria de técnico de 1.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, rectifica-se que onde se lê «6.3 — O local de trabalho situa-se na área geográfica dos distritos de Beja, Évora e Portalegre.» deve ler-se «6.3 — O local de trabalho situa-se na área geográfica dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.»

29 de Dezembro de 2004. — A Vogal do Conselho Directivo, *Madalena Oliveira e Silva*.